

GUIA DE LEGISLAÇÃO

—● Legislação relacionada à inovação tecnológica ●—

Este Guia tem o objetivo de apresentar de forma consolidada a legislação federal referente ao ecossistema brasileiro de inovação do setor de tecnologia.









A inovação representa uma parte importante da agenda pública e privada em praticamente todos os países industrializados e economias emergentes. Sua relevância ultrapassa as fronteiras da indústria, sendo elemento-chave para a construção de estratégia sustentável de desenvolvimento do país, por isso é importante que as empresas tenham conhecimento das oportunidades previstas, bem como os procedimentos para utilizarem.

Apresentamos de forma cronológica, as Leis, Decretos, Portaria e Instruções Normativas referentes à inovação para o setor de tecnologia, existentes no Brasil. Contudo, é importante ressaltar que a inexistência de quaisquer atos legais neste Guia não significa que eles tenham sido revogados ou que não sejam aplicáveis à inovação.










Boa leitura!
ABGI








- Normas gerais sobre inovação para fomentar e estruturar o ecossistema brasileiro.
- Legislação específica para os setores que desenvolvem inovações tecnológicas de hardware e software.
- Legislação referente à Lei de Informática que estabelece que as empresas que invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento (PD&I) em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) poderão pleitear isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de informática e automação.
- Legislação referente à utilização de incentivos fiscais às empresas que realizam atividades e projetos de inovação tecnológica em território nacional, independente do setor. O principal benefício é o da exclusão adicional dos dispêndios, proporcionando uma recuperação fiscal que pode variar de 20,4% a 34% dos gastos com PD&I. Esse benefício só pode ser utilizado por empresas que apuram no regime de lucro real. Além desse, há benefícios voltados a aquisição de máquinas, equipamentos e ativos intangíveis.









INOVAÇÃO: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DE TECNOLOGIA

Constituição da República, artigos 218 e 219		Os artigos 218 e 219 da Constituição dispõem sobre as diretrizes estratégicas gerais a serem seguidas pelo governo, para a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.	https://bit.ly/1bIJ9XW
Lei nº 7.232/1984		Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	https://bit.ly/2QWxJJS
Lei nº 8.248/1991		Denominada como Lei de Informática concede incentivos fiscais de redução do IPI para empresas do setor de tecnologia (áreas de hardware e automação), que invistam em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (PD&I).	https://bit.ly/2DNeH66
Lei nº 8.387/1991		Institui a “Lei de Informática na Amazônia” para as empresas que produzem bens e serviços de informática e invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia.	https://bit.ly/2R5jUZx
Lei nº 9.609/1998		Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País.	https://bit.ly/2tjocSu
Lei nº 10.052/2000		Institui o “Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações” – Funttel.	https://bit.ly/2RaDQL3
Decreto nº 3.737/2001		Dispõe sobre a regulamentação do “Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações” - Funttel.	https://bit.ly/2BrJbYP
Portaria MDIC/MCTIC nº 177/2002		Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à realização das atividades de fiscalização do cumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB.	https://bit.ly/2DQqErw

INOVAÇÃO: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DE TECNOLOGIA

Lei nº 10.973/2004		Denominada como “Lei da Inovação” dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; cria subvenção econômica para produtos ou processos inovadores no setor privado; prevê a criação de Incentivos Fiscais a Inovação Tecnológica.	https://bit.ly/1cTBhI4
Lei nº 11.196/2005		Denominada como “Lei do Bem” estabelece o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP; o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES e no Capítulo III estabelece incentivos fiscais à PD&I	https://bit.ly/2KfWVsu
Decreto nº 5.906/2006		Define “bens e serviços de informática e automação” e dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de TIC.	https://bit.ly/2zhVmG9
Decreto nº 5.978/2006		Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que trata o Capítulo III da “Lei do Bem”.	https://bit.ly/2S0yH8c
Decreto nº 6.008/2006		Regulamenta a “Lei de Informática na Amazônia”.	https://bit.ly/2PQv1tf
Lei nº 11.452/2007		Determina a não incidência de “Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE” de 10% nas operações com programas de computador.	https://bit.ly/2ORshGv
Portaria MCTIC/MDIC/MF nº 148/2007		Cria câmara técnica para analisar os requerimentos de habilitação à concessão da isenção ou redução do IPI por empresas fabricantes de bens de informática e automação.	https://bit.ly/2DMQJrx
Lei nº 11.540/2007		Dispõe sobre o “Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico” - FNDCT.	https://bit.ly/2BpOVIW
Decreto nº 6.259/2007		Institui o “Sistema Brasileiro de Tecnologia” - SIBRATEC, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial nacional.	https://bit.ly/2zIRELQ

Lei nº 11.774/2008		Autoriza as empresas de informática a utilizarem a “Lei do Bem” e institui o benefício de depreciação integral para máquinas e equipamentos para PD&I.	https://bit.ly/2BfUJhx
Decreto nº 6.868/2009		Institui o Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (ProTIC), com a finalidade de incentivar, apoiar, coordenar e avaliar atividades e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações, de formação de recursos humanos em decorrência dessas atividades e projetos, de eventos técnico-científicos e de programas de cooperação internacionais, inclusive na produção de conteúdos, na área de tecnologias digitais de informação e comunicação.	https://bit.ly/2TxXNNb
Decreto nº 6.938/2009		Regulamenta o “Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico” - FNDCT.	https://bit.ly/2R2jSBS
Decreto nº 6.945 /2009		Reduz as alíquotas da Contribuição Previdenciária para as empresas que prestam serviços de tecnologia da informação - TI e de tecnologia da informação e comunicação - TIC.	https://bit.ly/2Qdxtcr
Instrução Normativa nº 986/2009		Esclarece sobre tratamento da exclusão do lucro líquido de custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador para efeito de apuração do Lucro Real.	https://bit.ly/2DxShot
Portaria MCTIC nº 327/2010		Aprova o formulário eletrônico para que as pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no Capítulo III da “Lei do Bem”, prestem ao MCTIC as informações anuais sobre os seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.	https://bit.ly/2PGn1e8
Decreto nº 7.540/2011		Institui o “Plano Brasil Maior” com os objetivos centrais de acelerar o crescimento do investimento produtivo e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, e aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais.	https://bit.ly/2Bqz7zb

Instrução Normativa nº1.187/2011		Disciplina os Incentivos Fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica previstos no Capítulo III da "Lei do Bem".	https://bit.ly/2HGzXrx
Lei nº 12.546/2011		Institui a desoneração da folha para empresas de TI e TIC.	https://bit.ly/2HGzXrx
Portaria MCTIC nº 721/2012		Institui o Programa de Aceleração de Empresas de Software e Serviços de Tecnologia da Informação -Start-Up Brasil.	https://bit.ly/2zkZKnE
Decreto nº 8.072/2013		Dispõe sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da "Lei de Informática".	https://bit.ly/2FHXooP
Portaria MDIC/MCTIC nº 202/2014		Adoção de sistema eletrônico para formulação de requerimento aos benefícios da "Lei de Informática".	https://bit.ly/2Du2mmd
Portaria MCTIC nº 715/2014		Estabelece procedimento de análise dos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica – (FORMP&D), enviados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no Capítulo III da "Lei do Bem".	https://bit.ly/2Biu4Ra
Portaria MCTIC nº 788/2014		Dispõe sobre a criação de Comitês de Auxílio Técnico para auxiliar o MCTIC em atividade de natureza consultiva relacionadas à política de fomento à inovação tecnológica, disciplinada no Capítulo III da "Lei do Bem".	https://bit.ly/2A2Mio8
Portaria MCTIC nº 278/2015		Estabelece procedimento para análise dos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica (FORMP&D) referentes às informações dos anos-base anteriores a 2013.	https://bit.ly/2Dwp2Ce

INOVAÇÃO: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO SETOR DE TECNOLOGIA

Resolução nº 71/2016	●	Disciplina o cumprimento das obrigações relativas aos investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental, estabelecidas para as empresas que produzem bens de informática beneficiados no âmbito da Zona Franca de Manaus.	https://bit.ly/2TAfRGI
Decreto nº 8.776/2016	●	Institui o Programa Brasil Inteligente, com a finalidade de buscar a universalização do acesso à internet no País.	https://bit.ly/2PLf9bb
Portaria nº 222/2017	●	Disciplina as diretrizes para apresentação de propostas de plano de P&D pelas empresas que realizarem investimentos em pesquisa e desenvolvimento em decorrência dos incentivos fiscais da lei de Informática na Amazônia.	https://bit.ly/2OY8sgD
Decreto nº 9.243/2017	●	Institui a Sala de Inovação no âmbito do Poder Executivo federal, cria o Comitê Gestor da Sala de Inovação	https://bit.ly/2KtMQbC
Decreto nº 9.283/2018	●	Regulamenta a "Lei de Inovação", estabelecendo medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.	https://bit.ly/2J0bGBn
Decreto nº 9.319/2018	●	Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.	https://bit.ly/2JekJeQ
Lei nº 13.674/2018	●	Altera a "Lei de Informática" com o objetivo de agilizar o processo de fiscalização das contrapartidas em PD&I, realizadas pelas empresas que fazem uso dos benefícios fiscais.	https://bit.ly/2S0yKB2

Lei nº 13.709/2018



Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoas natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

<https://bit.ly/2Bhltxm>

Portaria MCTIC nº 5.150/2018



Dispõe sobre as instruções para elaboração do relatório conclusivo pelas auditorias independentes, na análise dos demonstrativos de cumprimento das obrigações acessórias.

<https://bit.ly/2zjQfoS>

Portaria MCTIC nº 5.894/2018



Institui o programa Brasil Mais Produtivo que visa elevar os níveis de produtividade e de eficiência na indústria brasileira por meio de ações de extensionismo industrial.

<https://bit.ly/2Bhendf>

Decreto nº 9.547/2018



Define e regulamenta a forma de aplicação de recursos incentivados da “Lei de Informática” em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que se destinam à capitalização de empresas de base tecnológica.

<https://bit.ly/2PHm2KR>

Consultoria pioneira, atuando desde 2006 no Brasil, na Gestão Estratégica dos Recursos Financeiros e Processos para Inovação. Apoiamos as empresas na criação da estratégia de acesso e utilização de recursos financeiros e incentivos fiscais bem como na otimização dos investimentos em PD&I e redução dos riscos de inovar.

Fazemos parte do ABGI Group, bloco de consultoria internacional, com presença em mais de 13 países, e contando com mais de 200 profissionais das mais diversas nacionalidades e áreas de atuação.

Conheça melhor nossos serviços e mais conteúdos exclusivos no site: www.brasil.abgi-group.com

Acompanhe-nos!



BELO HORIZONTE | MG
Rua Sergipe, 853 - 3º andar
Savassi
CEP: 30130-171
+55 31 3337.7418

SÃO PAULO | SP
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105
24º andar | Torre B | Chácara Santo Antônio
CEP: 04711-904
+55 11 2657.7441



www.brasil.abgi-group.com



linkedin.com/company/abgi-brasil



twitter.com/abgibrasil



facebook.com/abgibrasil



instagram.com/abgibrasil